

## Ulysses convida para almoço no Planalto, mas líderes recusam

por Zanoni Antunes de Brasília

Os líderes opositores Brandão Monteiro (PDT), Luiz Ignácio Lula da Silva (PT), Haroldo Lima (PC do B) e Beth Azize (PSB), decidiram não participar de um almoço hoje, no Palácio do Planalto, oferecido pelo presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães. Os líderes discordam da aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN) contra os manifestantes que participaram, no mês passado, no Rio de Janeiro, da agressão à comitiva presidencial.

Durante o almoço de hoje, o presidente Ulysses Guimarães pretende tratar com os líderes partidários assuntos ligados aos trabalhos da Assembléia Constituinte. No entanto, por discordarem da utilização da LSN, os líderes do PC do B e do PT enviaram telegrama ao presidente em exercício comunicando o não-comparecimento ao almoço. Os líderes do PDT e do PSB fizeram suas comunicações no plenário da Assembléia Constituinte. Irão ao almoço as lideranças do PFL, PDS, PMDB, PCB e PTB.

O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, justificou a sua decisão "por manter posição contrária à política entreguista e antipopular do governo Sarney". Luiz Ignácio Lula da Silva afirma em seu telegrama que a aplicação da LSN e o inquérito policial contra militantes do PT e da CUT, acusados de incitamento aos saques e ofensas ao presidente, não o deixam em condições de comparecer ao almoço "por repudiar tais medidas antidemocráticas e arbitrárias".

Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, cometeu uma pequena ao anunciar, da tribuna da Assembléia Constituinte, que recusava o convite atribuindo a iniciativa ao presidente José Sarney. "Recuso-me a sentar à me-



Ulysses Guimarães

sa para banquetear com o governo que está prendendo e enquadrando brasileiros na Lei de Segurança Nacional", afirmou o líder.

Depois de informado de que o convite partira do deputado Ulysses Guimarães — que substituiu Sarney em viagem à Argentina na Presidência da República até a próxima sexta-feira, o líder pedetista manteve a recusa, mas admitiu que até poderia rever a sua posição desde que Ulysses, no exercício da presidência da República, determinasse a soltura de Danilo Groff, militante do partido, e de Maurício Pancak, da CUT, mantidos presos no Rio e processados com base na LSN.

A deputada Beth Azize, líder do PSB, foi aplaudida pelas galerias quando se dirigiu ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da sessão, e comunicou a sua decisão de também não comparecer hoje ao Planalto, exortando-o a que se "reabilite" perante o País, revogando a LSN no momento que estiver exercendo a presidência.

Mais tarde, em seu gabinete de trabalho, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, comentou sevemente o episódio da recusa, afirmando que o convite era para uma conversa democrática e "uma deferência aos líderes".

## Covas faz exames médicos

por Stela Campos Pinto de São Paulo

O senador Mário Covas, do PMDB, esteve ontem em São Paulo para fazer alguns exames no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas. Segundo o médico Giovanni Bellotti, que trata do senador há muito tempo, os exames são rotineiros. "Apenas um check-up", comentou o médico.

Covas entrou no Instituto do Coração para fazer os exames pela manhã e até o final da tarde, segundo Bellotti, continuava se submetendo aos exames. Os resultados deverão sair hoje

pela manhã. Antes disso, o médico disse ser impossível fazer qualquer comentário sobre a saúde do senador.

O general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil dos governos Geisel e Figueiredo, poderá ter alta na próxima semana. Segundo o médico Emílio Mattar, responsável há oito dias pelo tratamento do general, no Hospital Sirio Libanês de São Paulo, seu estado de saúde é "muito bom" e os sintomas não indicam a necessidade de qualquer intervenção cirúrgica.

## Começam a ser recebidas as emendas propostas por eleitores

A partir de hoje, a Constituinte começa a receber as emendas populares, assinadas por mais de 30 mil eleitores em listas organizadas por no mínimo três entidades associativas. Hoje também, às 14,30 horas, o Projeto de Constituição aprovado no fim de semana pela Comissão de Sistematização entra na ordem do dia, formalidade que dá início à discussão do texto. Durante os próximos quarenta dias, os constituintes se dedicarão a discutir o texto.

As emendas, tanto as populares quanto as dos próprios constituintes, poderão ser apresentadas até o dia 13 de agosto.

Ontem, o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), discutiram soluções para os problemas que antevêm para a próxima etapa. A principal meta, segundo Afonso Arinos, é chegar a um texto constitucional que fixe as correntes predominantes da sociedade. O caminho, segundo ele, é promover um amplo entendimento entre os partidos políticos em torno de temas essenciais. A Constituição, pondera o senador, não deve disciplinar questões transitórias.

Arinos e Cabral deverão propor hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma fórmula para viabilizar o recebimento das emendas populares. Eles acreditam que o número de emendas deverá ser muito grande e que não será possível aos funcionários da Constituinte conferir integralmente as assinaturas.

Arinos e Cabral deverão propor hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma fórmula para viabilizar o

## Proposta auditoria na dívida

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), autor do projeto de decisão aprovado no sábado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, que impede a conversão da dívida externa em capital de risco, pretende que, junto com sua proposta, o plenário da Constituinte delibere sobre outra proposta complementar: o projeto de decisão apresentado há dois meses à Comissão de Sistematização pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que determina a suspensão dos pagamentos da dívida externa brasileira e uma ampla auditoria da dívida.

A decisão sobre a remessa dos projetos ao plenário compete ao presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Até ontem, porém, Ulysses não havia ainda recebido do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), a questão de ordem levantada pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), impugnando a aprovação do projeto de Paulo Ramos.

Sant'Anna argumenta que o projeto somente poderia ser aprovado por maioria absoluta de votos da Comissão de Sistematização. O projeto obteve maioria simples. Para ter força decisória no País, com a relevância nacional e internacional da proposta, precisa ser constitucional", sustenta.

Mas o deputado Paulo Ramos argumenta que o regimento interno da Constituinte é claro ao exigir maioria simples para a aprovação na Comissão de Sistematização, de projetos semelhantes ao seu. O deputado está convencido de que tem maioria no plenário da Constituinte para aprová-lo. "Se o Brasil converter 10% dos US\$ 112 bilhões que deve, vai desnacionalizar a economia, continuar devedor e dependente."

O argumento fundamental em defesa do projeto, segundo o deputado José Genoino (PT-SP), é a absoluta necessidade de impedir que o governo adote medidas de tamanha repercussão como a conversão das dívidas atropelando a Constituinte.

recebimento das emendas populares. Eles acreditam que o número de emendas deverá ser muito grande e que não será possível aos funcionários da Constituinte conferir integralmente as assinaturas.

Arinos e Cabral deverão propor hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma fórmula para viabilizar o

recebimento das emendas populares. Eles acreditam que o número de emendas deverá ser muito grande e que não será possível aos funcionários da Constituinte conferir integralmente as assinaturas.

o prazo de discussão do projeto, a Comissão de Sistematização terá 25 dias para elaborar novo projeto, incorporando as emendas. No dia 20 de setembro, o novo texto deverá ser encaminhado ao plenário da Constituinte para começar a ser votado. A partir de então, passa a ser mais difícil prever os prazos de duração de cada etapa, porque o regimento interno

não fixa prazos para as votações.

Há variáveis possíveis, como a abertura de novo prazo caso o relator da Comissão de Sistematização decida apresentar substitutivo ao projeto emendado. A fase de discussão não discrimina a seqüência de temas, mas, na fase de votação do projeto, será respeitada a ordem de títulos e capítulos do projeto.

## PFL acha pacto político inviável

### A rebeldia das bases

Os constituintes do PMDB serão os únicos a não aceitar a orientação das lideranças partidárias durante a votação da nova Carta Constitucional, segundo o chefe do departamento de ciência política e diretor do centro de estudos e acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília, professor David Fleischer.

Autor de um estudo sobre o perfil sócio-econômico e político dos constituintes — divulgado no último fim de semana por este jornal —, ele garante também que não serão aprovadas mudanças estruturais significativas, segundo informa a Agência Globo. O estudo de Fleischer cons-

tata que a maior bancada da Constituinte tem como origem a antiga Arena. Dos 559 constituintes, 217 militaram na Arena, sendo que 72 fazem parte agora da bancada de 298 parlamentares do PMDB.

Apenas 137 dos representantes do PMDB são originários do antigo MDB e mantêm alguma fidelidade à orientação das lideranças partidárias. Estes, segundo o professor Fleischer, são os parlamentares "mais confiáveis", seguidos, em escala decrescente de confiabilidade, por 47 deputados que entraram no partido em 1982, sem passar por outras legendas, e os filiados em 1986.

os principais líderes partidários. Ele explica: "É muito mais fácil chegarmos a resultados positivos através de um pacto político do que com um pacto social. Neste caso, já temos interlocutores definidos e, com a legitimidade conferi-

da pelas urnas, estão todos capacitados a defender interesses de uma parcela da sociedade".

Com uma preleção quase didática, Maciel explicou suas intenções mencionando inclusive o "pacto de Moncloa", que aconteceu

## Brossard sugere um "aperfeiçoamento" da Lei de Segurança Nacional

por Edson Beú de Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu ontem, a manutenção da Lei de Segurança Nacional (LSN). "Ela é razoável e poderia ser mantida ou aperfeiçoada", disse ele. O ministro acentuou que, "pela gravidade dos fatos", a LSN poderá ser aplicada contra as lideranças do PT, PC do B e da CUT, por ofensas ao presidente José Sarney e incitamento a depredações, ocorridos, segundo ele, durante o comício pró-diretas, realizado domingo, na praça da Sé, na capital aulista.

O titular da Justiça discorda que a LSN seja um entulho autoritário, remanescente do regime anterior.

"De boa fé, ninguém dirá que é uma lei draconiana", defendeu ele. Na opinião do ministro, sua

aplicação não configura uma contradição ao atual momento de transição democrática. No seu entendimento, há "um grande equívoco" sobre a matéria.

No Rio o juiz substituído da 2ª Auditoria de Marinha, Roberto Lima e Silva, prorrogou por mais quinze dias, ontem, a prisão do bioquímico Danilo Groff, filiado ao PDT, e do professor Maurício Pencak, diretor da CUT.

O pedido de prorrogação havia sido feito, na véspera, pelo delegado Carlos Mandin de Oliveira, chefe do DOPS da Polícia Federal, que preside o inquérito que apura o envolvimento de Groff e Pencak no apedrejamento do ônibus que conduzia a comitiva do presidente José Sarney, ocorrido na praça XV, no centro do Rio, em 25 de junho último, relata o editor Riomar Trindade.

## O Estado do Triângulo

por Yves Leon Winandy de Uberlândia (Continuação da 1ª pág.)

todos os prefeitos dos 75 municípios que se deseja incorporar à proposta.

"Em termos empresariais e comerciais, nossa ligação com São Paulo é muito maior do que com Belo Horizonte", disse Martins Borges ao explicar as razões do movimento. "O povo do Triângulo se assemelha, culturalmente, mais com o povo paulista do que com o mineiro", acrescentou. O empresário local, segundo ele, também se queixa de que a região paga "mais de 30% da receita com ICM do estado, mas não recebe mais de 10%".

De acordo com Carneiro Sobrinho a proposta de criação do "Estado do Triângulo" prevê a implantação de um "novo" projeto administrativo, "sem palácios e mordomias". "Queremos ter, por exemplo, uma secretaria da agricultura diretamente ligada ao departamento de crédito rural do Banco do Estado. Assim, ela poderá ditar as diretrizes dessa carteira", explicou, queixando-se da falta de interação entre as secretarias e os bancos estaduais existentes.

"Queremos criar um novo modelo de administração pública, sem os erros e defeitos do passado, sem empreguismo e sem desperdícios de recursos, por ser um estado (a região do Triângulo) com cerca de 2,5 milhões de habitantes, as pessoas se conhecem, e o acesso da população às autoridades será mais simples e mais rápido", disse Martins Borges.

esperam ter conquistado pelo menos a simpatia de